

## NOTA DE IMPRENSA

### **“Barco Moliceiro: Arte da Carpintaria Naval da Região de Aveiro” inscrito no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial**

A Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) inscreveu o “Barco Moliceiro: Arte da Carpintaria Naval da Região de Aveiro” no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, conforme despacho hoje publicado em Diário da República.

A construção do Barco Moliceiro insere-se na tradição da arte de construção naval tradicional, com origem na Região de Aveiro, sendo que este tipo de embarcação foi inicialmente criado e utilizado para a apanha do moliço, uma das mais importantes atividades económicas que a região conheceu durante várias décadas.

Segundo consta no pedido de registo, «o Barco Moliceiro terá adquirido as formas que hoje conhece nos finais do século XVIII, tendo depois observado, nos séculos XIX e XX, um grande crescimento no número de embarcações, fruto da dinâmica económica a si associada. Embora possua uma arte de construção artesanal de processos simples, detém associado a si um conjunto de técnicas, ferramentas e saberes imateriais que têm sido, ao longo de várias décadas, transmitidos entre gerações (não apenas dentro das mesmas famílias), sendo passado esse conhecimento de mestres para aprendizes. Desde o seu processo construtivo, à pintura dos painéis de moliceiros, esta é uma embarcação que apresenta um conjunto de especificidades, começando, por exemplo, pela escolha da madeira e pela própria utilização das ferramentas, que diferencia o Barco Moliceiro das demais embarcações».

Após um declínio no número de embarcações devido ao abandono da prática da apanha do moliço, atualmente o Barco Moliceiro é utilizado para a atividade turística, transição que permitiu evitar a sua perda. Ainda assim, e apesar de nos anos mais recentes se assistir a uma nova dinâmica na construção e reparação dos barcos moliceiros, fruto de uma maior procura relacionada com o turismo, mas também com outras atividades de valorização desta embarcação (regatas, concursos, publicações, exposições), tem sido difícil captar novos profissionais que possam assegurar de forma continuada esta arte.

Assim, a DGPC reconhece a necessidade de salvaguarda urgente a este saber-fazer, que atualmente é apenas praticado de forma regular por cinco mestres construtores e por um pintor de moliceiros, sedeados nos concelhos de Estarreja e Murtosa, não se tendo conseguido atrair novos aprendizes nos anos mais recentes.

O pedido de registo do referido saber-fazer foi submetido em 16 de março de 2022 pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, que desenvolveu trabalho de investigação para aprofundar o conhecimento desta arte e elaborou um Plano Estratégico de Salvaguarda a 10 anos (2022-2032), essencial e exigido pela DGPC para a inclusão no Inventário, que visa dinamizar e estruturar o processo de salvaguarda desta manifestação cultural, tão relevante para a identidade e o desenvolvimento desta região.

De destacar que neste plano estratégico (que envolve o compromisso dos vários municípios que compõem a comunidade intermunicipal), a entidade proponente incluiu uma série de iniciativas em articulação com a comunidade escolar e com o ensino profissional, assim como a proposta de desburocratização dos processos de licenciamento ou a criação de um regime excecional para estas embarcações junto das entidades competentes que tornem mais atrativas as condições para a sua produção e aquisição.

O público pode, a partir de agora, ter acesso online na plataforma MatrizPCI (<http://www.matrizpci.dgpc.pt/>) à documentação que caracteriza este “saber-fazer”, o

qual requer um grande conhecimento dos materiais e das técnicas tradicionais, transmitido intergeracionalmente.

Lisboa, 15 de dezembro de 2022